

## O associativismo no município de Riacho de Santana - BA: desafios e perspectivas para o crescimento

 Antônio Domingos Moreira<sup>1</sup>,  Arlete Ramos dos Santos<sup>2</sup>,  Emerson Antônio Rocha Melo de Lucena<sup>3</sup>

<sup>1, 2</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem-DCHEL/UESB. Caminho 05, n. 46, Bairro Bateias. Vitória da Conquista - BA. Brasil. <sup>3</sup> Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC.

Autor para correspondência/Author for correspondence: [tony.dom1987@gmail.com](mailto:tony.dom1987@gmail.com)

**RESUMO.** Este artigo traz o recorte de uma pesquisa que teve como principal objetivo discutir a organização coletiva da produção familiar sobre o associativismo no município de Riacho de Santana - BA. Para isso, buscamos evidenciar os programas e as políticas públicas, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), voltadas para a autogestão da agricultura familiar dentro das associações. Os dados foram coletados por meio de questionários de perguntas abertas com presidentes/representantes das associações, cuja análise teve como fundamento os pressupostos do Materialismo Histórico Dialético – MHD. Ao analisar o material coletado concluímos que as associações de Riacho de Santana-Ba foram criadas para contribuir com a permanência dos trabalhadores no campo, a luta pela terra e o acesso às diversas políticas públicas, e que estas associações vêm lutando para superar a fragmentação existente nos grupos sociais que compõem a produção familiar no contexto pesquisado.

**Palavras-chave:** associativismo, produção familiar, políticas públicas.

## **The associativism in the municipality of Riacho de Santana - BA: challenges and perspectives for growth**

**ABSTRACT.** This article presents an outline research that had as its main objective to discuss the collective organization of family production on associations in the municipality of Riacho de Santana - BA. To this end, we seek to highlight public programs and policies, such as the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE), aimed at self-management of family farming within associations. The data were collected through questionnaires of open questions with presidents/representatives of the associations, whose analysis was based on the assumptions of Historical Dialectic Materialism - MHD. Upon analyzing the collected material, we concluded that the Riacho de Santana - BA associations were created to contribute to the permanence of workers in the field, the struggle for land and access to different public policies, and that these associations have been struggling to overcome the existing fragmentation in the social groups that make up family production in the researched context.

**Keywords:** associations, family production, public policies.

## Lo asociativismo en el municipio de Riacho de Santana-BA: Desafíos y perspectivas de crecimiento

**RESUMEN.** Este artículo presenta un esquema de una investigación que tuvo como objetivo principal discutir la organización colectiva de la producción familiar sobre el asociativismo en el municipio de Riacho de Santana - BA. Para ello, buscamos destacar programas y políticas públicas, como el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) y el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), orientados a la autogestión de la agricultura familiar dentro de las asociaciones. Los datos fueron recolectados a través de cuestionarios de preguntas abiertas con presidentes/representantes de las asociaciones, cuyo análisis se basó en los supuestos del Materialismo Histórico Dialéctico - MHD. Al analizar el material recolectado, concluimos que las asociaciones Riacho de Santana-BA fueron creadas para contribuir a la permanencia de los trabajadores en el campo, la lucha por la tierra y el acceso a diferentes políticas públicas, y que estas asociaciones han estado luchando por superar la fragmentación existente en los grupos sociales que componen la producción familiar en el contexto investigado.

**Palabras clave:** asociativismo, producción familiar, políticas públicas.

## Introdução

A atualidade histórica no cenário mundial demarca profundas mudanças políticas, sociais, culturais, econômicas e sanitárias que exigem um novo (re) pensar para as políticas públicas. Ao discutir as múltiplas determinações que levaram a esse contexto, Mészáros (2002) e Harvey (2011) salientam que para garantir a sustentabilidade da humanidade, será necessário pensar em alternativas que redirecionem a estrutura do sistema político e econômico mundial, por meio de medidas urgentes e permanentes.

Nessa perspectiva, a pesquisa teve como principal objetivo investigar o processo de organização e planejamento das associações no município de Riacho de Santana - BA, e entender como os pequenos produtores rurais e agricultores têm se organizado na perspectiva do trabalho coletivo para acessar os principais programas e as políticas públicas de desenvolvimento rural no referido município. Os objetivos específicos se pautaram em analisar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e as Políticas Públicas dentro da agricultura familiar em consonância

com o Associativismo. Nesse sentido, Moreira (2019) afirma que

a emancipação política de uma sociedade tem tornado atores importantes para cobrar dos governantes a inserção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para os aspectos de uma produção agroecológica que contribua para a cultura desses pequenos produtores que residem naquele local. (Moreira, 2019, p. 10)

As associações tiveram ocupação e autonomia na sociedade brasileira e ganharam espaço a partir do processo de mobilização e de negociação dos movimentos sociais da década de 1980, especialmente em algumas regiões do país, que conferiram à sociedade civil uma expressiva densidade associativa embebida no ideário de luta por direitos e cidadania. As práticas reivindicatórias dos movimentos sociais que escapavam aos esquemas tradicionais de clientelismo político, criaram uma nova dimensão à ação associativa, à dimensão política, aquela que remete as práticas políticas mais complexas e universais. Mas com salienta Gramsci (1989), há que se ter o devido cuidado para que “as novas formas de gestão e de solidariedade, não se desdobrem em conformações de organização ou sociedade civil e política (Gramsci, 1989). Para Benini e Benini

(2015, p. 3), a “conformação indica também um processo conflituoso, onde o alcance, bem como seus mecanismos, de regulação e intervenção estatal, podem resultar e se configurar em inúmeros arranjos jurídicos e/ou administrativos”

Dessa maneira, entendemos que o formato de organização da sociedade civil deve ser contextualizado no tempo e no espaço de suas ações para que se possa apreender o nível de protagonismo exercido nas transformações estruturais desencadeadas na sua relação com o poder de Estado, a exemplo das políticas públicas elaboradas para atender a determinada demanda desta sociedade ou frações dela conforme enfatiza Gohn (2008):

... deve-se ter como referência quem são os atores envolvidos, como se transformam em sujeitos políticos, que forças sociopolíticas expressam, qual o projeto de sociedade que estão construindo ou abraçam, qual a cultura política que fundamenta seus discursos e práticas, que redes criam e se articulam, quais suas relações com conjuntos sociopolíticos maiores etc. (Gohn, 2008, p. 9-10).

Contudo, é importante destacar as ações dos movimentos sociais na luta por políticas públicas e dos direitos da sociedade. Seguindo essa premissa, a pesquisa visa caracterizar a modalidade do associativismo no município de Riacho de Santana, que geralmente vincula-se à organização dos produtores rurais

familiares por meio de associações de pequenos produtores/agricultores.

De acordo com Moreira (2019), o segmento social representado pela produção a partir da agricultura familiar e de forma agroecológica, tem enorme relevância para o país, uma vez que essa tem como um dos seus princípios e dimensão, a ecologia. E para isso ocorrer, a sua produção de alimentos deve ocorrer principalmente com baixo impacto, uso racional dos recursos naturais e sem uso de agrotóxicos. Essa produção abastece feiras livres do município de Riacho de Santana, cujos alimentos vendidos são responsáveis por abastecer grande parte do mercado interno, sendo o associativismo um elemento importante na viabilização dessa comercialização.

Nessa perspectiva, o associativismo através da produção, contará com um número de pessoas sócias, que podem filiar-se desde que sejam capazes de cumprir com os deveres e ser amparados pelos direitos. Quanto à produção desses pequenos produtores/agricultores que trabalham de forma coletiva e solidária, acaba contribuindo direta e indiretamente com a geração de postos de trabalho, aumento da renda familiar e garantia de uma educação baseada na questão popular e pela condução e o trabalho em coletividade.

Desse modo, a agricultura brasileira é conduzida administrativamente na escala federal pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o qual é responsável por desenvolver ações tanto para o agronegócio como para o planejamento da agricultura familiar, e que inclui grupos como os pequenos proprietários, as comunidades remanescentes de quilombos e os assentados, por meio da reforma agrária, sendo que estes últimos até 2018 eram atendidos, principalmente, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto pelo então presidente da República, Michel Temer. Avaliamos que essa exclusão do MDA foi um retrocesso às conquistas obtidas nos últimos anos pela agricultura familiar e na luta pela realização da reforma agrária.

### **Procedimentos metodológicos da pesquisa**

Para realização dessa pesquisa aplicamos um questionário semiestruturado aos representantes e presidentes de algumas Associações do município de Riacho de Santana, Bahia, e como método de análise utilizamos o Materialismo Histórico Dialético (MHD), entendendo que as relações sociais de produção que caracterizam a estrutura material da sociedade capitalista, estão relacionadas à

forma como os homens se organizam para produzir a sua existência ao longo da história (Marx, 2002).

A escolha desse método se deu principalmente para tentarmos compreender a realidade a ser pesquisada numa perspectiva do pensamento marxiano, que se apresenta como possibilidade teórica (instrumento lógico) de interpretação, ao se caracterizar pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em sociedade através da história (Kosik, 1976). Este instrumento de reflexão teórico-prática pode estar colocado para que a realidade do associativismo aparente seja, pelos agricultores e produtores, superada, buscando-se então a realidade concreta, pensada, compreendida em seus mais diversos e contraditórios aspectos.

A compreensão do método é imprescindível para a pesquisa, uma vez que este descreve o caminho a ser seguido e busca conhecer as relações concretas e efetivas por trás dos fenômenos. Com base nessa questão marxiana, Walhens (*apud* Kosik, 1997, p. 17) afirma que “O marxismo é o esforço para ler, por trás da pseudoimediatez do mundo

econômico reificado as relações inter-humanas que o edificaram e se dissimularam por trás de sua obra”, ou seja, esse entendimento vai além do fenômeno, constituindo o que vem a ser a coisa em si que difere do fenômeno e desponta de forma intermediária a ele.

Ainda assim, Marx afirma que

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição, formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori (1988, p. 26).

Para Marx, a dialética é uma construção lógica do método materialista histórico, que fundamenta o pensamento marxista, a qual será aqui apresentada como possibilidade teórica (instrumento lógico) de interpretação da realidade em que se busca as certezas. Todavia, a ênfase no papel dos homens reais no desenvolvimento da história não pode ser entendido de forma voluntarista, pois segundo o próprio Marx, há que se considerar os limites estruturais e temporais, já que, de acordo com ele, “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem

sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (Marx, 2002, p. 21).

Dessa forma, para aprofundarmos a pesquisa no campo do movimento das Associações do município de Riacho de Santana, optamos por realizar a coleta de dados através de questionários para compreender a realidade do associativismo no referido município. Quanto aos objetivos específicos da pesquisa, buscamos categorizar os programas e as políticas públicas executadas, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE nas associações, e analisamos a autogestão do associativismo a partir da produção da agricultura familiar, bem como o trabalho cooperativo/coletivo a partir de uma análise das relações sociais para emancipação desses atores.

Dessa forma, as informações obtidas são relevantes para o objeto de pesquisa que propomos investigar, qual seja; o associativismo no município de Riacho de Santana. Nesse sentido, a coleta de dados se deu a partir de questionário via *E-mail* e *WhatsApp*, e os sujeitos escolhidos para a coleta de dados foram presidentes e/ou representantes atuantes das seguintes associações do município de Riacho de

Santana: 01 Representante da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Tanque de Claudiano e Arredores (APPRCTCA); 01 Presidente da Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Jacaré (ACPRJ); 01 Presidente da Associação Comunitária dos Agricultores Familiares de Pau Ferro e Arredores (ACAFPPFA), 01 Representante da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco (APAB).

Nessa análise da pesquisa é importante destacar que

Questionário é um instrumento composto de um conjunto de perguntas ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que deve ser respondido sem a presença do respondente, e que tem por objetivo coletar dados de um grupo de pessoas (Marconi & Lakatos, 1999, p. 100).

Estas questões têm por objetivo levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas e, a linguagem utilizada nesse instrumento deve ser simples e direta para que o questionado possa compreender e responder com clareza o que está sendo perguntado.

### **Alguns pressupostos sobre o Associativismo**

O planejamento e as organizações de associações dos pequenos produtores e agricultores da agricultura familiar,

conforme salientado, foi um processo que adquiriu grande importância e expressividade a partir da década de 1980. Nesta análise, esse formato de associativismo no campo, vem suscitando debates no mundo acadêmico devido a expressividade adquirida em escala nacional, no tocante àqueles pesquisadores que têm se preocupado com a formulação de políticas públicas voltadas ao universo da produção familiar do campo, na perspectiva do desenvolvimento de pequenos agricultores rurais locais (Moreira, 2019).

A abertura política, ocorrida na década de 1980, trouxe grandes mudanças na conjuntura social e política nacional. Atreladas à crise estrutural da economia brasileira, essas mudanças suscitaram a organização da sociedade civil por meio de grandes mobilizações populares, como a campanha pelas eleições diretas para a presidência da república e a intensificação de greves na cidade e no campo, conforme salientam Costa, Ribeiro (2001) e Pinheiro (2001).

No que se refere aos espaços ocupados pelo associativismo no campo, são diversas as interpretações acerca dos motivos que levaram ao crescimento da organização dos pequenos produtores rurais em associações com viés da agricultura familiar. Dentre a diversidade



de compreensões, Pinheiro (2001) afirma que geralmente a organização de produtores está relacionada a propostas como:

À obtenção de crédito agrícola, melhoria das condições de produção e comercialização, problemas que ganharam espaço à medida que se verificava que a luta pelo acesso ou permanência na terra não resolvia definitivamente a situação precária de grande parte dos lavradores no país (Pinheiro, 2001, p. 339).

Visando acalmar os ânimos e controlar os rumos da sociedade civil, o Estado passou a incentivar a participação do produtor rural, estimulando-o a se organizar em associações que permitissem integrá-lo de forma competitiva ao mercado. Assim, seguindo os postulados do Banco Mundial, principal financiador do Estado brasileiro, as políticas públicas de fomento ao produtor rural passaram a ser vinculadas à sua participação em associações.

Todavia, Manfiolli (2004) afirma que as públicas é o conjunto de programas, ações que o Estado desenvolve no intuito de promover melhorias para determinados seguimentos da sociedade. Conforme Cunha e Cunha (2002), as políticas públicas têm sido criadas pelo Estado como respostas às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, representando o compromisso público de

atuação numa determinada área em longo prazo. Entendendo essas informações, podemos afirmar que as políticas públicas inseridas em algumas associações do município de Riacho de Santana, geraram crescimento, desenvolvimento local, contribuíram para a melhoria da renda dos pequenos agricultores, fortaleceram a produção da agricultura familiar de forma agroecológica e sustentável.

Atualmente, as grandes culturas de produção da agricultura familiar e as estratégias das associações podem ser atingidas objetivamente a partir do momento em que o nível de participação for organizado numa perspectiva estrutural que garanta um determinado grau de autonomia e/ou empoderamento do aparelho estatal, compreendendo o que alguns autores denominam de controle democrático da sociedade sobre o Estado. Nestes termos, Lisboa (2001), salienta que é no “...embate entre o Estado e os atores, que concretamente produz o espaço, que preenche o cenário de adversidades, refletindo-se na força do lugar. A força do lugar é tanto maior quanto mais coesa esteja a comunidade ...” (p. 319).

Neste patamar, as associações não se restringem meramente a ter acesso ao crédito ou tecnologias, mas sim, a busca e a garantia de direitos do grupo na correlação de forças e poder perante outros

segmentos da sociedade. Por sua vez, Pinheiro (2001) ressalta que as associações se configuram num tipo de organização ideal da sociedade civil, pois combinam “...a possibilidade de participação democrática de todos os membros com as vantagens de uma coletividade organizada, pensada em termos de uma maior capacidade de pressão por benefícios para o grupo” (p. 348).

Entendemos que a sociedade está organizada por grupos sociais que pertencem e representam diferentes interesses de classe. Assim, na correlação de forças intrínsecas na dinâmica da sociedade existem aqueles que se empenham em transformar ou manter posições em relação aos investimentos de capital, acesso à tecnologia, dentre outros, conforme nos remete as ideias de campos de força indicados por Bourdieu (1998).

### **Autogestão no Associativismo**

A necessidade de compreender a autogestão no associativismo, que é um projeto de superação do modo capitalista de produção, destrói a noção de economia atrelada ao lucro, à exploração e à dominação. A autogestão social não é nem uma mera extensão da democracia representativa formal a todas as esferas da sociedade, nem uma democracia ou gestão participativa, tampouco uma correção dos

princípios centralizadores da democracia popular (Faria, 2009).

Nessa concepção é importante frisar que rejeita a noção comum de política como função reservada a uma casta de políticos para propor uma economia a partir do que é necessário produzir e uma política enquanto realização em todos os níveis, sem intermediários, de todos os interesses por todos os sujeitos coletivos. Buscando compreender tal contexto, Greenberg (1986) identifica que as motivações ou os estímulos para que os trabalhadores se auto organizem têm como finalidade intrínseca buscar soluções para a alienação ou estranhamento do trabalho, para a gestão das unidades produtivas e para a superação do capitalismo.

Nessa análise, a autogestão refere-se ao controle direto pelos produtores sobre os elementos econômicos e político-ideológicos da gestão do trabalho, mas não só. Ao nível social, somente pode existir a partir da constituição de um modo de produção e, nesse sentido, experiências em unidades produtivas constituem contradições que se operam no capitalismo, indicativos de viabilidade de sua superação, mas ainda muito incipientes para operar qualquer transformação (Faria, 1987; 2005).

Nessa constatação que ultrapassa a forma heterogerida da burocracia e do

modelo capitalista de produção, a autogestão não se fixa plenamente no sistema do capital, daí porque o que se encontra neste são organizações com características autogeridas (Faria, 2006), nas quais prevalece a forma de gestão coletivista de trabalho. Pesquisas realizadas por Christoffoli (2000) e Vargas de Faria (2003), por exemplo, mostram que algumas organizações têm características que se aproximam mais de uma autogestão no nível das unidades produtivas e outras têm apenas algumas dessas características de autogestão.

Nessa perspectiva sobre a organização do trabalho associado, conforme afirma Marx (1977), a forma particular e singular de organizar coletivamente e de maneira associada à produção de mercadorias que circularão no mercado capitalista. Quando inserida no modo de produção capitalista, as Associações do município de Riacho de Santana se estruturam na direção contrária às formas heterogeridas da organização capitalista de trabalho.

### **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

Na busca de políticas públicas e programas que superem o capital imposto no meio social, é importante entender o que é o Programa de Aquisição de

Alimentos (PAA) foi criado como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero, e foi instituído pelo artigo 19 da Lei n°. 10.696, de 2 de julho de 2003, sendo atualmente regulamentado pelo Decreto n°. 6.447, de 07 de maio de 2008. De acordo com Veloso (2011), o PAA foi implementado como um programa social que se mostrou um importante instrumento de apoio à comercialização de parte da produção agropecuária dos Agricultores familiares. Esse programa tem sido responsável pela geração de renda, incentivo e apoio aos agricultores que produzem diversos gêneros alimentícios. Além disso, tem fomentado as formas coletivas de organização.

Segundo a Secretaria Especial de Desenvolvimento Social (2020), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) disponibilizou mais de R\$ 285 milhões para pequenos agricultores em 2019, e o Governo Federal injetou R\$ 285 milhões que foram disponibilizados para a agricultura familiar em 2019 por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Comandado pela Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural do Ministério da Cidadania, o PAA permite que agricultores, cooperativas e associações vendam seus produtos diretamente para órgãos públicos,

conforme determina o mencionado Decreto, o qual institui que as unidades da administração pública federal devem adquirir ao menos 30% dos alimentos dos pequenos produtores por meio de chamadas públicas (Brasil, 2008).

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo “contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo” (Brasil, 2009).

Tais legislações possibilitaram a expansão do atendimento de alimentação escolar a todos os alunos da educação básica brasileira (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e adultos/EJA); o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional de forma transversal no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas; e a participação de agricultores familiares como fornecedores de alimentos para as escolas por meio da obrigação de que toda prefeitura/secretaria estadual de educação invista 30% dos recursos federais da alimentação escolar, à compra de produtos diretamente da agricultura familiar, medida

que promove a inclusão de alimentos produzidos perto das escolas, estimulando circuitos curtos de comercialização e o desenvolvimento local e sustentável das comunidades.

Nesse sentido, para facilitar a inserção dos agricultores familiares no PNAE, o FNDE regulamenta a utilização da Chamada Pública. Este é um procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e/ou empreendedores familiares rurais ou suas organizações para o PNAE, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, os princípios inscritos no Art. 37 da Constituição Federal do Brasil (CFB), que são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Porém, para que estes sejam de fato cumpridos, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria, se faz necessária a fiscalização permanente e contínua do uso desses recursos advindos principalmente do PNAE e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

## **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**

O Brasil é um dos poucos países do mundo que possui um conjunto de Políticas Públicas para o desenvolvimento rural com o objetivo da redução das desigualdades, inclusão socioeconômica dos agricultores familiares em toda a sua diversidade e a segurança alimentar da população. Entre os diversos programas criados, o PRONAF é um dos que merece destaque. Criado em 1996, como uma linha de crédito rural, fruto de uma intensa participação e luta das organizações da agricultura familiar, o programa foi se estruturando e atinge atualmente grande parte do meio rural brasileiro em toda a sua diversidade.

Conforme Valter Bianchini (2015), o PRONAF, nos últimos anos aplicou mais de R\$ 160 bilhões em mais de 26 milhões de contratos, nas diferentes modalidades, para diferentes tipologias de agricultores familiares. Financiando máquinas, veículos de transporte e equipamentos para a agricultura familiar mais estruturada, até os microfinanciamentos para a agricultura familiar menos capitalizada. Trata-se de um programa do Governo Federal que possui o objetivo de fortalecer as atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar a partir do financiamento de atividades e serviços agropecuários e não

agropecuários. Estes serviços e atividades podem ser desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, que possam melhorar a qualidade de vida das famílias produtoras.

## **Apresentação e análise dos dados de algumas associações de Riacho de Santana-BA**

Para compreender como as associações do município de Riacho de Santana vêm se organizando, é necessário compreender que os programas PAA e PNAE estão diretamente ligados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). De acordo com Guanziroli e Basco (2010), até o início da década de 1990 não havia nenhuma política pública no Brasil voltada para o fortalecimento da agricultura familiar, realidade que só mudou após o ano de 1996, com a criação do PRONAF, sendo a primeira política pública totalmente voltada para as Unidades Produtivas Familiares (UPF). Contudo, para Reiniger, Marielen e Kaufmann (2017), a dimensão ecológica é a mais importante que se evidencia nas experiências com a Agroecologia, afinal está relacionada com as mudanças nas práticas agrícolas, em prol da “ecologização” das atividades de plantio, manejo, colheita, etc. Entretanto, Santos e

Ferreira (2020), nos alerta sobre a necessidade de fortalecermos nessas práticas a dimensão econômica e social, que também estão presentes na Agroecologia, são tão fortes e importantes quanto à primeira, uma vez que contribuem de maneira significativa para a o alcance da cidadania.

Com o PRONAF, as políticas voltadas para a agricultura familiar experimentaram crescimento expressivo, ampliando seu escopo e escala (Santos, 2011). Nesse momento ocorreram também importantes conquistas institucionais, principalmente a partir da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999. Nos governos Lula (2003-2010) foram criadas várias políticas sociais articuladas com outros ministérios, ganhando destaque o PAA, a reformulação do PNAE, e outras ações de desenvolvimento rural que buscam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Nessa perspectiva, com os investimentos do Governo Federal nas duas últimas décadas, as associações do município de Riacho de Santana, na Bahia, têm buscado acessar os diversos programas, principalmente, os programas PAA e PNAE, os quais estão diretamente ligados ao PRONAF, e que mais tem capilaridade de oportunidades para

pequenos produtores concorrerem a estas chamadas públicas.

Nesse sentido, buscamos principalmente identificar algumas associações da agricultura familiar no município de Riacho de Santana, criadas e organizadas com o objetivo de atender os agricultores do referido município. Inicialmente, identificamos estas associações e o seu quantitativo de sócios, e detectamos que elas apresentam um número significativo de trabalhadores do campo em franca atividade. No entanto, pode-se perceber que alguns associados não permanecem muito tempo nas associações, devido ao fato de não cumprirem com parte dos deveres conforme consta em cada estatuto da associação.

Visando apresentar os dados obtidos de maneira mais simples e objetiva, estes foram organizados de maneira quantitativa no Quadro 01, o qual apresenta o número de sócios ativos e inativos das associações pesquisadas. É importante destacar que, todos/todas os/as entrevistados aceitaram participar de maneira espontânea quando aplicamos o questionário.

Quadro 1 - Dados dos sócios ativos e inativos.

Nome da Associação	Nº de sócios ativos	Nº de sócios inativos	Tem espaço próprio?
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Tanque de Claudiano e Arredores – APPRCTCA	90	10	Uso do antigo espaço escolar
Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Jacaré - ACPRJ	20	12	Sim
Associação Comunitária dos Agricultores Familiares de Pau Ferro e Arredores – ACAFPFA	40	20	Em construção
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB	65	40	Sim

Fonte: Elaboração própria de acordo com as informações obtidas nas Associações do município de Riacho de Santana-BA, 2020.

Outro dado relevante que identificamos é que algumas associações possuem sede própria, o que demonstra a organização destes trabalhadores/trabalhadoras, evidencia autonomia e acúmulo de bens produzidos pela força de trabalho no processo autogestionário. Marx e Engels (2004), ao escreverem o Manifesto do Partido Comunista defenderam a Associação dos Produtores Livres e Iguais, registrando apoio favorável as cooperativas de produção, organizadas em escala nacional, e proclamaram o lema da autogestão, que fundamenta-se no preceito de que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

Nesse sentido, coadunamos com Sousa e Santos (2019, p. 4), os quais afirmam que:

... todas as pessoas possuem seus próprios saberes elaborados a partir dos seus históricos de vida, experiências, relações sociais e seus mecanismos de sobrevivência, torna-se imprescindível que sua vida e suas visões de mundo sejam valorizadas... E estas experiências, fruto dos saberes historicamente construídos são muito importantes para o trabalho autogerido nas associações.

Dessa forma, cada associado traz com ele uma gama de saberes preexistentes, que são importantes registros de seu mecanismo de resiliência numa dura vida no campo. Isso reflete tanto de maneira positiva como negativa, no processo de autogestão nas associações. Porém, é importante registrar que sócios ativos são aqueles que estão com os pagamentos atualizados na associação e que cumprem com as regras e deveres como estabelecem os estatutos das referidas associações. Já os inativos são os

que têm pendências em pagamentos ou não participam de reuniões e trabalhos programados nas associações em que estão registrados.

No aspecto de estrutura, planejamento e manutenção, ao questionarmos os presidentes e representantes sobre os desafios que às associações têm enfrentado, responderam o seguinte:

*A carência de incentivo e apoio por parte do poder público, falta de esclarecimento em relação as políticas públicas do governo federal, estadual principalmente municipal. Sabemos que a associação é uma entidade com grande potencial dentro da comunidade, pois visa melhorias em prol da mesma, onde tem como objetivo o bem comum de todos. Seria interessante se houvesse uma parceria entre associação e o poder público municipal, de Riacho de Santana, pois a mesma é conhecedora das demandas de sua comunidade. Fazemos reivindicações sempre a prefeitura municipal, mas a mesma deixa a desejar (Presidente ACPRJ, 2020).*

*A implementação de grandes obras e projetos que venham a contribuir com os sócios e, conseqüentemente com o fortalecimento da associação (Representante APPRCTCA, 2020).*

*Um grande desafio de acessar as políticas públicas, porém, a APAB tem expectativas que possa estar avançando no Bahia Produtiva. Essa segunda parte da execução vai ser essencial para mostrar o caminho que a APAB precisa ter para não depender das políticas públicas do estado. Vendendo os produtos para as feiras livres e mercados do*

*município. No projeto, tem uma parte do recurso que é destinado para rótulos e embalagens. Nesse sentido, tendo em mãos esses elementos, acreditamos que vamos melhorar e agregar valores aos produtos da APAB em termos de qualidade. Temos expectativas de colocar esse ano os produtos da APAB no mercado. Portanto, APAB está sempre atenta aos editais e programas do governo Federal para ter acesso. Mesmo sabendo que o Covid-19 tem influenciado na economia federal, mas estamos otimistas e assim que devemos pensar (Representante APAB, 2020).*

*Com um ano e meio, após a criação a Associação enfrentou bastantes dificuldades, mais as principais foram, financeiramente, pois os recursos disponíveis são apenas mensalidades, doações e eventos culturais realizados pela mesma, com quermesses, bingo e leilão. Outro desafio, é a falta de parceria dos órgãos públicos no âmbito, municipal, estadual e federal. Poucos, posso dizer raros, projetos, editais são ofertados as entidades. Ainda assim, nossa Associação consegue positivamente esse diálogo e participação dos associados, nas reuniões, sempre são participativos e dialogam opiniões/ideias para serem trabalhadas e praticadas (Presidente ACAFPFA, 2020).*

Nas falas dos sujeitos da pesquisa, observamos que há carência de incentivo e apoio por parte do poder público, falta investimentos nos movimentos sociais na perspectiva de políticas públicas do governo federal, estadual principalmente municipal. A sociedade civil organizada e pautada nos princípios coletivos na sua autogestão, tem mostrado resultados



satisfatórios na busca da solidariedade e na emancipação dos sujeitos frente ao capital.

Nessa vertente, para falar de políticas públicas nas esferas sociais e manutenção de direito estabelecido pelo Estado, é importante mencionar o pensamento marxiano de que a “história de todas as sociedades existentes até hoje é a história da luta de classe” (Marx, 1987, p. 102). Esta compreensão serve de esteio das argumentações desenvolvidas aqui, uma vez que tampouco se comunga com a máxima ideológica do ‘fim da luta de classes’ propagada pelas teorias neoliberais que o estado atribui.

Nesse sentido, observando as falas dos sujeitos da pesquisa e confrontando com a ideia de Marx, percebemos as necessidades de lutar contra o sistema neoliberal para implementação de políticas e dos programas que acessam os créditos e implementos agrícolas para o trabalho coletivo e humano. Nessa vertente, quando o Estado atende um grupo dominante capitalista, fixado na propriedade privada dos meios de produção e na exploração dos operários assalariados despojados dos meios de produção e compelidos a vender invariavelmente sua força de trabalho, a função deste é defender os interesses da classe dominante sobre o conjunto da sociedade.

Nessa mesma análise, nos remetem a Poulantzas (1985) e sua concepção de um Estado que condensa as relações de classe e que nessa condensação vive também no seu interior as contradições típicas da sociedade capitalista e as lutas de classes. Neste aspecto, as questões que se abrem estão associadas às causas e aos sentidos que adquirem as políticas públicas sociais. No livro “O Capital”, Marx (1985) afirma que o verdadeiro teatro da história é a sociedade civil e nela, essencialmente, a sociedade econômica, onde a nova classe dominante, a burguesia, opera as transformações que levam ao lucro e à acumulação contínua. Não é o Estado, tanto quanto não são os heróis, que explicam a origem e a expansão histórica do capitalismo, mas a própria ação transformadora da burguesia: “é absurda a concepção da história até hoje defendida que despreza as relações reais ao confinar-se às ações altissonantes de chefes e de Estados” (Idem, p. 28).

Mesmo com a falta de políticas públicas do Estado para atender os produtores e agricultores do campo, e em específico ao associativismo, estes têm criado mecanismos de forças coletivas e solidárias de produzir os alimentos para seu próprio sustento de forma consciente e agroecológica, vendendo o excedente em

feiras livres para ajudar minimamente na renda para as despesas diárias.

Ainda sobre essa falta de políticas públicas do Estado, percebemos que algumas associações não conseguiram avançar bastante devido ao fato terem sido fundadas recentemente, no que tange à falta de apoio dos órgãos públicos, no entanto, percebemos um pequeno avanço nos últimos anos. Mesmo diante das dificuldades, a APAB está com alguns projetos em execução. Nesse sentido, perguntamos ao representante da APPRCTCA: “Quais as políticas e programas que as associações têm acessado?”. Para esse questionamento tivemos as seguintes respostas:

*Fizemos parcerias com Governos Federal e Estadual para a construção de cisternas e de banheiros, participamos de editais do governo do estado, cujos projetos são de grande importância para os sócios, mas não fomos contemplados por deficiência da própria associação. Participamos do PNAE com a prefeitura municipal, fornecendo alimentos para a merenda escolar. Fazemos eventos culturais visando o desenvolvimento da associação, realizamos bingos e rifas, já fizemos roças e hortas comunitárias, fabricamos doces e bolos que foram vendidos dentro das comunidades envolvidas, entre outros (Representante APPRCTCA, 2020).*

*Por possuir pouco tempo de fundação, ainda não tivemos nenhum acesso até o momento a programas. Apenas benefícios por emendas*

*parlamentares (Presidente ACAFPFA, 2020).*

*Até no exato momento, nossa associação não tem acessado nenhuma política por ter fundada há pouco tempo e está em estruturação para concorrer aos editais (Presidente ACPRJ, 2020).*

*Até no momento não. Nós temos o PAA de 2019 aprovado, mas até o momento o Governo federal não liberou esse recurso. Alguns sócios têm o PRONAF da linha de crédito do Banco do Nordeste, mas a APAB não está acessando diretamente política pública ou programas, até o momento de 2020 (Representante APAB, 2020).*

Percebemos que às associações têm buscado alternativas de autogestão e auto-organização na sua coletividade para acessar os programas e editais do Governo Federal e emendas parlamentares para ajudar a manter o seu funcionamento, pois, faz-se necessário que os pequenos agricultores e produtores se organizem de maneira coletiva, façam projetos e concorram a estes editais estaduais uma vez que estes dependem dessas políticas públicas para garantir a sobrevivência. E o associativismo é uma das alternativas, conforme tem demonstrado os dados da nossa pesquisa.

Nessa vertente de autogestão na agricultura familiar dentro do associativismo, recorremos a Altafin (2005), para quem a produção familiar é orientada para a satisfação do bem-estar da

família, antes mesmo do interesse de obtenção de maior lucratividade. Isso ocorre por não haver separação entre gestão e trabalho, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e sua família. Mesmo quando ocorre a necessidade de contratar mão de obra, ela ocorre de forma a complementar a força de trabalho da família. Sob esta ótica, para Denardi (2001), um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo, e uma unidade de produção e reprodução social.

Enquanto para Marx, no processo de trabalho a atividade humana é materializada ou objetivada em valores de uso. “O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas ...” (1985a, p. 153).

O trabalho, nos seus elementos simples, é aquele produtor de valores de uso, pois:

... a existência de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do

metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (Idem, p. 50).

Na relação entre o trabalho assalariado e o capital, o produtor é alijado dos meios de produção necessários à sua reprodução, e precisa vender sua força de trabalho a fim de se reproduzir. “Todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende e sua força de trabalho como mercadoria” (Marx, 1985b, p. 48),

Ao analisar os diversos questionamentos e angústias dos representantes observamos que as associações se desenvolvem na medida do possível, numa construção coletiva e emancipada, pensando primeiramente nos seus associados. Nesse viés, finalizamos a nossa pesquisa com esta pergunta: “O que é necessário implementar para que a Associação tenha recursos próprios e lutar por projetos e editais do governo federal?” Afirmaram o seguinte:

*Antes de tudo, empenho por parte da associação em buscar o alcance de seus objetivos, depois, a força de todos os envolvidos em acreditar que os sonhos podem se tornar realidade e assim sonhar. Assim poderemos construir meios de produção e arrecadação de recursos financeiros e materiais para conseguirmos adquirir aquilo que é importante para uma associação. E com a força coletiva poderemos nos ajudar mutuamente e ganharmos força para solicitar ações dos diversos governos*

*e cobrar para que eles nos ajudem, amparando com as diversas possibilidades existentes nas diversas esferas de governos (Representante APPRCTCA, 2020).*

*Seria interessante que a associação desenvolvesse algumas atividades, que gerasse renda para os pequenos agricultores e produtores da comunidade em benefício próprio e coletivo. Importante salientar que o conhecimento e escolaridade ainda é uma deficiência por parte de algumas pessoas da diretoria, pois é nítido que a falta de esclarecimento e capacitação da direção da Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Jacaré, é o que impede muitas vezes de se inscreverem nos projetos e editais que o Governo Federal oferece (Representante APAB, 2020).*

*Primeiramente para conseguir participar de editais, precisamos fazer a associação auto se sustentar. Ou seja, sustentar seus sócios. Para esse feito, precisamos do apoio de políticas públicas, principalmente no setor agrícola, potencial que a comunidade oferta. Possuem muitas famílias agricultores familiares que produzem hortaliças para o consumo e comércio. Outro setor, na produção frutíferas, possuem terras fartas na produção nativa e irrigada, mas poucos dos derivados frutíferos são aproveitados, tais como, umbu, maracujá, acerola e dentre outros. Outra forma, seria a construção de um viveiro comunitário de mudas nativas, frutíferas e ornamentais, sendo os sócios esses produtores/cuidadores, sendo a associação responsável pelo material e viveiro. Essas mudas seriam para plantação na comunidade e comercialização. (Criação de um projeto). Uma forma positiva que a Associação vem realizando, são festejos culturais, tais como, Noite Cultural, Primeiro Festival de Música Caipira, confraternização, quermesses e bingo. Eventos que*

*preserva os valores culturais da comunidade e ajudam financeiramente a entidade. Para tal feito, sentimos muito a ausência dos poderes públicos presente na Associação. Somos desamparados de informação e apoio para idealização de políticas públicas na comunidade (Presidente ACAFPFA, 2020).*

*Seria interessante que a associação desenvolvesse algumas atividades, que gerasse renda para os pequenos agricultores e produtores da comunidade em benefício próprio e coletivo. Importante salientar que o conhecimento e escolaridade ainda é uma deficiência por parte de algumas pessoas da diretoria, pois é nítido que a falta de esclarecimento e capacitação da direção da Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Jacaré, é o que impede muitas vezes de se inscreverem nos projetos e editais que o Governo Federal oferece (Presidente ACPRJ, 2020).*

Nessa discussão, em linhas gerais, as associações surgem como um meio de autogestão e facilitador para obtenção de créditos agrícolas, canais de comercialização e de organização das demandas diante das instâncias governamentais do país. Para Mattei (2005), a Constituição de 1988 introduziu novos mecanismos de gestão social das políticas públicas, visando democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos. Foi nesse cenário de disputas e lutas sociais por novos direitos que houve a garantia da universalização da seguridade em 1988 e surgiu o PRONAF em 1996.

Entendemos que o associativismo é uma maneira desses produtores rurais viverem a partir do trabalho como formação humana. Afinal, o próprio Marx afirma que o trabalho é a substância social comum a todas as mercadorias, não só trabalho, mas especificamente trabalho social, pois “Aquele que produz um objeto para seu uso pessoal e direto, para consumi-lo, cria um produto, mas não uma mercadoria” (1974, p. 80). Desta forma, seu trabalho (nada tem a ver com a sociedade), sendo este um trabalho privado, cujos produtos são usufruídos pelo seu próprio produtor.

Diante da ausência, ou pior, da não implementação de políticas públicas, impossibilita ou extermina o trabalho como fator importante para dignidade humana. Dessa forma, concordamos com Moreira (2019), que ressalta sobre a possibilidade de se criar um novo projeto da sociedade, perpassa acima de tudo pela participação, cooperação, solidariedade e pela ampliação da discussão na esfera pública por direitos sociais. Dessa forma, as associações aqui analisadas vêm promovendo essa discussão, e principalmente se esforçando para implementar um projeto socialmente mais justo e ambientalmente correto dentro do município de Riacho de Santana e região, tendo como seus princípios fundantes a criação de um modelo de

solidariedade e sustentabilidade para os povos do campo.

### **Considerações finais**

A presente pesquisa se pautou na perspectiva de trazer reflexões e implicações sobre o associativismo no município de Riacho de Santana, Bahia, tendo como temática os desafios das associações para acessar os programas e políticas públicas. Nesse sentido, buscamos compreender como as associações vêm se organizando e se autogerindo com as implementações do PAA, PNAE e PRONAF junto ao Poder Público. Nesse tocante, a organização do associativismo funciona como alternativa de produção sustentável nesses espaços cooperativos e, por conseguinte, um componente das estratégias da reprodução social dos pequenos produtores rurais que têm o trabalho familiar como centralidade da condução do processo (re) produção das condições materiais de sua existência no espaço do campo de forma solidária.

Contudo, diante dos resultados obtidos sobre a inserção de políticas públicas ligadas ao associativismo, principalmente, as que evidenciam um formato de trabalho cooperativo que vem sendo implementado em todo território nacional, em especial no município de Riacho de Santana, percebe-se que a

mesma tem sido organizada e implementadas principalmente a partir das atuações e planejamento que o Estado estabelece.

Diante dessa condição determinada pelo Estado e que vem influenciando as dinâmicas dos diferentes segmentos de associações e dos movimentos sociais, cabe destacar que isso exige uma ação que se comprometa mais em estabelecer uma gestão pautada na organização coletiva/cooperativa, na medida em que há diferentes fatores na conformação desses espaços no campo, sendo que a sua diversidade é o retrato da pluralidade da vida social e que é dada, de diferentes maneiras, pelas condições sociais, ambientais, políticas e culturais.

É notório o número quantitativo de organizações/associações que atuam no âmbito social, fazendo valer as lacunas que o Estado não faz uso, sendo essa atuação dos movimentos sociais de extrema relevância para a construção de uma sociedade menos injusta e mais mobilizada na luta pela garantia e implementação dos direitos sociais.

Nessa linha de pensamento, os movimentos sociais ganharam força partindo dos pressupostos ancorados na ideia de que os atores coletivos baseiam as suas práticas e ações em percepções construídas na perspectiva de suas

identidades, saberes e fazeres ao longo dos anos. Todavia, as políticas públicas e esses espaços formativos, constituem as estruturas sociais e os condicionantes culturais, mas as percepções dos atores acerca desses fenômenos determinam as práticas e as configurações de associações e de movimentos sociais.

Entretanto, as percepções, identidades e projetos estão atrelados principalmente aos condicionantes socioeconômicos e culturais. Dessa forma, a organização da gestão participativa e popular das associações dos pequenos produtores e agricultores rurais do município de Riacho de Santana, desponta como um importante instrumento contra-hegemônico na medida em que essa experiência possibilita a uma parte desses camponeses, uma organicidade maior a partir de constituição de associações. Isso lhes permite uma melhor inserção de sua produção no mercado regional e nas feiras livres locais, como também um importante espaço para troca de saberes e experiências, que tem como premissa básica a solidariedade de classe, visando principalmente a garantia da soberania e segurança alimentar, da agroecologia e sustentabilidade.

Portanto, o tipo de solidariedade, almejado pelo trabalho associado, caminha no horizonte da criação de uma nova

sociabilidade, e não de conformação ou reprodução à já instituída, vaticinar-se-á que, além do seu movimento real leva num primeiro plano a experimentações tanto práticas como educativas. Isso pode gerar, inclusive, um desdobramento possível desse processo constante de interação dialética entre a crítica e a ação, uma possibilidade construtivista de desdobramento teórico e numa *práxis* de transição suficiente e consistente para um projeto político transformador, que problematize adequadamente, sob pena da sua *práxis* ser inócua, no que concerne às relações entre sociedade civil e sociedade política.

Conclui-se que uma das chaves para o desenvolvimento das associações do município de Riacho de Santana-BA, está justamente na sua capacidade de autogestão e na solidariedade que os contemplam, possível e ao mesmo tempo necessária e almejada, entre os trabalhadores associados. Para que isto então ocorra, se faz necessária à evolução da esfera das necessidades de trabalho coletivo, renda ou mesmo subsistência para uma mudança de paradigmas rumo a uma perspectiva de produção agroecológica e sustentável, a ser então incluída no escopo do intercâmbio societal.

Por fim, nesta análise, a convergência entre as necessidades

imediatas individuais, com a necessidade histórica de superação da alienação, poderá abrir um caminho para a constituição de uma nova forma de solidariedade sistêmica dentro do sistema de associações, efetivamente autogestionária, pressupondo, ao modelo de uma sólida construção axiológica e ontológica, gerando uma matriz para uma sociedade civil emancipada e autorregulada.

## Referências

Altafin, I. (2005). *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Brasília. Recuperado de: <http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

Araújo, C. A. M. (2005). *Caracterização da Associação dos Pequenos Agricultores no Contexto do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira- SP* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. (2020). Recuperado de: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

Brasil. (2009). Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato)

[2007-2010/2009/Lei/L11947.htm](http://2007-2010/2009/Lei/L11947.htm). Acesso em 04 de Mai de 2020.

Brasil. (2003). Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Seção 1, Poder Executivo, Brasília, 3 jul. 2003*. Seção 1. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm). Acesso em: 04 de Mai de 2020.

Benini, A. E., & Benini, E. G. (2015). A construção do trabalho associado sob a hegemonia estatal: organização, solidariedade e sociabilidade. *Org. Soc.* 22(74), 325-344. <https://doi.org/10.1590/1984-9230742>

Bianchini, V. (2015). *Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília.

Bourdieu, P. (1998). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Conab. Companhia Nacional de Abastecimento. (2013). *PAA Resoluções*. Recuperado de: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1294&t=2>. Acesso em: 27 abr. 2020.

Costa, A. A. A., & Ribeiro, T. C. A. (2001). *O associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas*. Anais da SOBER. Recife.

CUNHA, E. da P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, A.; SALLES, F., GUIMARÃES M.; UDE, W. Políticas públicas. (org.) Belo Horizonte: UFMG; PROEX, 2002. pp. 11-26.

Christoffoli, P. I. (2000). *O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades*

(Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Denardi, R. A. (2001). Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre*, 2(3), 56-62.

Faria, J. H. (1987). *Comissões de fábrica: poder e trabalho nas unidades produtivas*. Curitiba: Criar.

Faria, J. H. (2005). *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Faria, J. H. (2006). *Organizações solidárias, organizações coletivistas e auto-gestão: formas de resistência ou alternativas de trabalho?* Curitiba: EPPEO (Working Paper).

Faria, J. H. (2009). *Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas da Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.

Gohn, M. G. (2008). *O Protagonismo da sociedade civil*. São Paulo: Cortez.

Gramsci, A. (1989). *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Greenberg, E. S. (1986). *Workplace democracy: the political effects of participation*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

Guanziroli, C. E., & Basco, C. A. (2010). Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In Guanziroli, C., & Berenguer, M. O. (Orgs.). *Experiências recentes bem-*



*sucedidas no Brasil no agronegócio e desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: IICA. Recuperado de: <http://repiica.iica.int/DOCS/B2180P/B2180P.PDF>. Acesso em: 27 abr. 2020.

Harvey, D. (2011). *The enigma of capital and the crises of capitalism*. 2. ed. London: Profile Books, 2011. Edição brasileira: O Enigma do Capital. São Paulo: Boitempo.

Ianni, O. (1982). *Dialética & Capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx*. Petrópolis: Vozes.

Konder, L. (1991). *Hegel, a razão quase enlouquecida*. Rio de Janeiro: Campus.

Konder, L. (1981). *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, Primeiros Passos.

Kopnin, V. K. (1978). *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Kosik, K. (1976). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Lisboa, J. B. (2001). Associativismo no campo: das relações em redes ao espaço da socialização política (um estudo da Coopertreze e das Associações Comunitárias em Lagarto e Salgado). In Menezes, A. V. C., & Pinto, J. E. S. S. (Orgs.). *Linhas Geográficas* (pp. 214). Aracaju: Programa Editorial: NGPEO/UFS.

Limoeiro, M. C. (1991). *Do abstrato para o concreto pensado*. São Carlos: UFSCAR. (Mimeog.).

Manfiolli, M. H. (2014). *Os efeitos do PAA e do PNAE na agricultura familiar da região administrativa de Paranavaí* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (1999). *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1999.

Mészáros, I. (2002). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (1974). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Pensadores).

Marx, K. (1977). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes.

Marx, K. (1985a). *O Capital: crítica da economia política*. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

Marx, K. (1985b). *O Capital: crítica da economia política*. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural. Livro 1, v. 1, t. 2 (Os economistas).

Marx, K. (1988). “Prefácio da 1ª edição”, “Posfácio da segunda edição” e “Processo de trabalho e processo de valorização”. In *O capital*. São Paulo: Nova Cultural.

Marx, K., & Engels, F. (2004). *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret.

Marx, K. (2002). *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra.

Mattei, L. (2005). *Impactos do Pronaf: análise de indicadores*. Brasília: MDA/NEA. Recuperado de: <http://www.nead.org.br>. Acesso em: 25 abr. 2020.

Moreira, A. D. (2019). *A Educação não formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB no município de Riacho de Santana – BA* (Dissertação de Mestrado). Universidade

Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista.

Pinheiro, D. (2001). A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In Tedesco, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas* (pp. 337-365). Passo Fundo: UPF.

Poulantzas, N. (1985). *O Estado, o poder, o socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal.

Reiniger, L. R. S. et al. (2017). *Princípios de agroecologia*. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB.

Sousa, G. S., & Santos, A. R. (2019). Literatura de cordel e educação de jovens e adultos: de repente juntos no processo de letramento. *RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade*, 4(07), 79-98. <https://doi.org/10.29404/rtps-v4i7.212>

Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDS. (2019). *Programa de Aquisição de Alimentos*. Recuperado de: <http://desenvolvimentosocial.gov.br/noticia/s/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-disponibilizou-mais-de-r-285-milhoes-para-pequenos-agricultores-em-2019>. Acesso em: 27 abr. 2020

Santos, F. P. (2011). *Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil* (Tese de Doutorado). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Recuperado de: <http://www.bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8211>. Acesso em: 25 Jun. 2020.

Santos, F. M., & Ferreira, A. C. S. (2020). Tessituras curriculares para os componentes de Física numa perspectiva agroecológica: propostas a partir das experiências pedagógicas no curso da LEdoC no CETENS/UFRB. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 5,

e6297.

<https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e6297>.

Vargas de Faria, J. R. (2003). *Organizações coletivistas de trabalho: auto-gestão nas unidades produtivas* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Veloso, F. (2011). *Políticas públicas no município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

#### Informações do Artigo / Article Information

Recebido em : 02/09/2020  
Aprovado em: 24/11/2020  
Publicado em: 29/03/2021

Received on September 02nd, 2020  
Accepted on November 24th, 2020  
Published on March, 29th, 2021

**Contribuições no Artigo:** Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de Interesse:** Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

#### Article Peer Review

Double review.

#### Agência de Fomento

UESB.

#### Funding

UESB.

**Como citar este artigo / How to cite this article**

APA

Moreira, A. D., Santos, A. R., & Lucena, E. A. R. M. (2021). O associativismo no município de Riacho de Santana - BA: desafios e perspectivas para o crescimento. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e10418. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e10418>

ABNT

MOREIRA, A. D.; SANTOS, A. R.; LUCENA, E. A. R. M. O associativismo no município de Riacho de Santana - BA: desafios e perspectivas para o crescimento. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 6, e10418, 2021. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e10418>